



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO

CNPJ 26.042.515/0001-48

ADM: 2025 / 2028



## MENSAGEM Nº064/25

Senhor Presidente,

Senhoras Vereadoras,

Senhores Vereadores,

Encaminho à elevada apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a firmar parceria e repassar contribuição para Organizações da Sociedade Civil e dá outras providências”.

A presente proposição tem por objetivo autorizar o Município de Carneirinho a celebrar parcerias com diversas organizações da sociedade civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, com vistas à execução de atividades de interesse público e recíproco, conforme detalhado nos respectivos Planos de Trabalho.

As entidades contempladas neste Projeto de Lei atuam em áreas fundamentais para o desenvolvimento social, cultural, assistencial e econômico do Município, como saúde, assistência social, agricultura familiar, cultura e inclusão social. Dentre elas, destacam-se instituições como a APAE, hospitais de referência regional, associações de produtores rurais e entidades comunitárias que desempenham papel essencial na promoção do bem-estar da população.

Importante destacar que tais parcerias e termos de fomento visam, sobretudo, o atendimento das emendas impositivas apresentadas pelos nobres Vereadores desta Casa Legislativa, as quais representam legítimas demandas da população e devem ser cumpridas pelo Poder Executivo no exercício financeiro de 2025, em consonância com o que dispõe a Emenda Constitucional nº 86/2015 e a legislação municipal correlata.

O repasse dos recursos será realizado mediante a celebração de termos de colaboração, com a devida observância aos requisitos legais, especialmente os previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, que estabelece normas gerais para as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. A liberação dos valores estará condicionada à apresentação de documentação comprobatória da regularidade das entidades, bem como à tramitação regular dos processos administrativos.

Ademais, o Projeto de Lei autoriza a abertura de crédito especial no âmbito do Fundo Municipal de Assistência Social, bem como as adequações orçamentárias necessárias para viabilizar a execução das ações previstas, em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Diante da relevância da matéria e da sua consonância com os princípios da legalidade, eficiência e interesse público, solicito o apoio dos nobres Vereadores para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Prefeitura Municipal de Carneirinho, 14 de novembro de 2025.

WILLIAN MARTINS  
Assinado de forma digital por  
WILLIAN MARTINS  
MAIA:59795964615  
Dados: 2025.11.17 08:50:56 -03'00'

**Willian Martins Maia**  
Prefeito Municipal



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO

CNPJ 26.042.515/0001-48

ADM: 2025 / 2028



## PROJETO DE LEI Nº 064/25

**Autoriza o Poder Executivo a firmar parceria e repassar contribuição para organizações da sociedade civil e dá outras providências.**

**Willian Martins Maia**, Prefeito Municipal de Carneirinho, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em especial nos termos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal, por seus representantes aprovou e ele, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a firmar parcerias, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, com as organizações da sociedade civil abaixo relacionadas, para execução de atividades de interesse público e recíproco, conforme respectivos Planos de Trabalho, podendo repassar os valores especificados:

I – APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – CNPJ nº15.039.081/0001-00, situada na Av. Jaci Lima de Paula, nº 441 – centro, no valor de R\$ 43.308,72 (quarenta e três mil, trezentos e oito reais e setenta e dois centavos);

II – Associação dos Moradores da Comunidade de Base São João Batista – Ruivinha – CNPJ nº 26.034.454/0001-77, situada na Ruivinha - Zona Rural, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

III – Associação dos Produtores Rurais da Comunidade do Brioso – CNPJ nº 04.412.901/0001-41, situada na Fazenda Bom Sucesso – Zona Rural, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais);

IV – Associação das Artesãs de Carneirinho – CNPJ nº07.894.858/0001-96, situada na rua Antonio das Graças Oliveira, nº 1112 – Jardim Primavera, no valor de R\$ 18.308,86 (dezoito mil, trezentos e oito reais e oitenta e seis centavos);

V – Associação Nossa Senhora Aparecida dos Produtores Rurais do Córrego da Formiga – CNPJ nº 02.201.569/0001-40, situada na Fazenda Bom Sucesso – Zona Rural, no valor de R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais);

VI – Sindicato dos Produtores Rurais de Carneirinho – CNPJ nº26.042.580/0001-73, situado na Av. Josefa Rodrigues da Silva, nº613 - centro, no valor de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais);

VII – Hospital de Base de São José do Rio Preto – CNPJ nº60.003.761/0001-29, situado na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº5544 – Bairro São Pedro – São Jose do Rio Preto/SP, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO

CNPJ 26.042.515/0001-48

ADM: 2025 / 2028



VIII – Hospital PIO XII – Barretos (Hospital do Amor) – CNPJ nº49.150.352/0001-12, situado na Rua 20, nº221 – centro – Barretos/SP, no valor de R\$ 323.926,30 (duzentos e vinte e três mil, novecentos e vinte e seis reais e trinta centavos);

IX – Associação dos Produtores Rurais da Região da Olaria – CNPJ nº04.133.809/0001-42, situada na Fazenda Bom Sucesso – Zona Rural, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

X – Associação dos Produtores Rurais da Região da Água Limpa – CNPJ nº04.710.314/0001-39, situada na Av. São Sebastião, nº460 – São Sebastião do Pontal/MG, no valor de R\$ 10.154,43 (dez mil, cento e cinquenta e quatro reais e quarenta e três centavos);

XI – Associação dos Produtores Rurais da Região do Frango e Bebedouro – CNPJ nº04.653.474/0001-93, situada no Sítio São Jose – Zona Rural, no valor de R\$ 10.154,43 (dez mil, cento e cinquenta e quatro reais e quarenta e três centavos);

XII – Clube de Rodeio Cowboys do Pontal – CNPJ nº02.683.018/0001-60, situado na Rua São João, nº310 – São Sebastião do Pontal/MG, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

XIII – Associação dos Produtores Rurais do Valinho – CNPJ nº03.126.852/0001-18, situada no Sítio Nossa Senhora Aparecida – Zona Rural, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

XIV – Associação dos Produtores Rurais do Barreiro – CNPJ nº01.126.009/0001-06, situada na Rod. BR497 – Km 297 – Zona Rural, no valor de R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais);

XV – Associação dos Produtores Rurais da Volta Grande – CNPJ nº04.335.475/0001/90, situada na Fazenda Volta Grande – Zona Rural, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

XVI – Associação dos Produtores Rurais da Micro-Ruivinha – CNPJ nº05.374.813/0001-65, situada na Fazenda Bom Sucesso – Zona Rural, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

XVII – Associação dos Produtores Rurais da Cascalheira – CNPJ nº03.883.995/0001-74, situada na Fazenda Pouso Alegre – Zona Rural, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

XVII – Associação dos Produtores Rurais da Água Amarela – CNPJ nº 05.279.819/0001-53, situada na Estância Pequi, s/n, Zona Rural, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

XVIII – Associação dos Produtores Rurais Bom Sucesso – CNPJ nº 10.438.938/0001-41, situada no Sítio São João, SN, Zona Rural, no valor de R\$ 48.308,86 (quarenta e oito mil, trezentos e oito reais e oitenta e seis centavos).

**Parágrafo único.** A parceria conterá o detalhamento das obrigações, limites e demais características de cooperação em Plano de Trabalho.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO

CNPJ 26.042.515/0001-48

ADM: 2025 / 2028



**Art. 2º** O Município fica autorizado a repassar contribuição no montante de R\$ 946.161,60 (novecentos e quarenta e seis mil, cento e sessenta e um reais e sessenta centavos) anuais, conforme cronograma de desembolso a ser firmado em instrumento próprio.

**§1º** O Termo de Parceria terá vigência até 31 de dezembro de 2025, podendo ser renovado ou prorrogado.

**§2º** O valor poderá ser reajustado por meio de aditivos ou novos planos de trabalho, mediante justificativa.

**Art. 3º** A liberação dos recursos dependerá de requerimento da entidade beneficiária, acompanhado de:

- a) comprovação de existência legal;
- b) prestação de contas de recursos anteriormente recebidos;
- c) prova de regularidade do mandato da diretoria.

**Parágrafo único.** A transferência somente ocorrerá após celebração de termo de colaboração e regular tramitação do processo administrativo, conforme a Lei Federal nº 13.019/2014.

**Art. 4º** É crucial verificar a conformidade da entidade com as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014, especialmente quanto aos requisitos formais e materiais nela previstos.

**Parágrafo único.** A dispensa de chamamento público, prevista no art. 29 da Lei nº 13.019/2014, não exime a entidade de cumprir plenamente os requisitos legais. Toda a documentação exigida no art. 34 da referida Lei deverá ser apresentada ao Setor de Convênios do Município, para apreciação e análise quanto à sua regularidade. Caso a entidade não apresente a documentação necessária ou não atenda aos requisitos legais, deverá o Poder Público Municipal lavrar impedimento técnico, impossibilitando o cumprimento da respectiva emenda impositiva.

**Art. 5º** O recebimento de recursos ficará sujeito às regras da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

**Art. 6º** As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

**I – APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Associação das Artesãs de Carneirinho:**

Órgão.....: 02 – PODER EXECUTIVO  
Unidade.....: 02.09 – Fundo Municipal de Assistência Social  
Função.....: 08 -Assistência Social  
Subfunção.....: 244 – Assistência Comunitária





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO

CNPJ 26.042.515/0001-48

ADM: 2025 / 2028



Programa.....: 0016 – Promoção Humana e Assistência Social  
Atividade.....: 2066 – Subvenção Entidades Filantrópicas  
Elemento de Despesa....: 3.3.50.43.00 – Subvenções

## II - Hospital PIO XII – Barretos (Hospital do Amor) e Hospital de Base de São José do Rio Preto:

Órgão.....: 02 – PODER EXECUTIVO  
Unidade.....: 02.08 – Fundo Municipal de Saúde  
Função.....: 10 - Saúde  
Subfunção.....: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
Programa.....: 0012 – Saúde Pronto Atendimento – Atenção Especializada  
Atividade.....: 2038 – Manutenção do Atendimento Ambulatorial  
Elemento de Despesa....: 3.3.50.43.00 – Subvenções

## III - Associação dos Produtores Rurais

Órgão.....: 02 – PODER EXECUTIVO  
Unidade.....: 02.13 – Secret. Mun. Meio Ambiente, Agropecuária, Agricultura. e  
Unidade.....: Apoio as Associações  
Função.....: 20 -Agricultura  
Subfunção.....: 606 – Extensão Rural  
Programa.....: 0027 – Por dentro da Porteira  
Programa.....: 2056 – Manut. dos Serviços Ambiental, Agropecuária, Agricultura. e  
Atividade.....: as Associações Rurais  
Elemento de Despesa....: 3.3.50.43.00 – Subvenções

**Art. 7º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias, podendo o Poder Executivo realizar suplementações e alterações de fontes, caso a dotação orçamentária seja insuficiente.

**Art. 8º** Fica o Poder Executivo autorizado a incluir a ação correspondente no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 10** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Carneirinho, 15 de novembro de 2025.  
WILLIAN MARTINS  
MAIA:59795964615  
**Willian Martins Maia**  
Prefeito Municipal

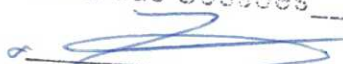
Assinado de forma digital por  
WILLIAN MARTINS  
MAIA:59795964615  
Dados: 2025.11.17 08:50:34 -03'00'

A Comissão de Legislação, Justiça e  
Redação final para oferecer parecer  
Sala das Sessões 17 / 11 / 25


  
Pres. Câmara

  
Cliente: Pres. Comissão

A Comissão de Finanças e Orçamento  
para oferecer parecer.  
Sala das Sessões 17 / 11 / 25

  
Pres. Câmara

  
Cliente: Pres. Comissão

Aprovado em <u>duas</u> discussão
Por <u>unanimidade</u>
Sala das Sessões em <u>17 / 11 / 25</u>
O Presidente 

À Sanção  
Sala das Sessões em 17 / 11 / 25  
O Presidente 



**Câmara Municipal de Carneirinho - Carneirinho - MG**  
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo



**COMPROVANTE DE PROTOCOLO** - Autenticação: 02025/11/17000144

<b>Número / Ano</b>	000144/2025
<b>Data / Horário</b>	17/11/2025 - 11:35:25
<b>Assunto</b>	Ofício n. 143/2025 Projetos de Lei n.064/25 e 065/25
<b>Interessado</b>	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO
<b>Natureza</b>	Administrativo
<b>Tipo Documento</b>	Ofício
<b>Número Páginas</b>	1
<b>Emitido por</b>	Jane



## **PARECER JURÍDICO Nº 046/2025**

**REFERÊNCIA: PROJETO DE LEI Nº 064/25**

### **1 – RELATÓRIO**

Trata-se de parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e formalidade jurídica do Projeto de Lei nº 064/25, de iniciativa do Poder Executivo deste Município de Carneirinho/MG, em tramitação nesta Casa, que pretende autorizar o Poder Executivo a firmar parceria e repassar contribuição para organizações da sociedade civil e dá outras providências.

### **2 – FUNDAMENTAÇÃO**

Cabe à Assessoria Jurídica, órgão integrante da estrutura administrativa da Câmara Municipal de Carneirinho/MG, dentre outras atribuições, analisar e opinar sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa das proposições.

Isto posto, deve ser emitido parecer sobre o Projeto de Lei nº 064/25 por esta Assessoria Jurídica.

#### **2.1 – DO PARECER JURÍDICO – PRERROGATIVA PREVISTA NO ARTIGO 133 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 – MANIFESTAÇÃO FUNDAMENTADA NO LIVRE EXERCÍCIO PROFISSIONAL**

O artigo 133, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que “o Advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.”

No mesmo sentido, a Lei Federal nº 8.906, de 04/07/1994 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil) assevera que o advogado é inviolável por seus atos e manifestações, nos termos do que preconiza o parágrafo 3º de seu artigo 2º:

“Artigo 2º (...)

*Letícia*





Parágrafo 3º - No exercício da profissão, o advogado é inviolável por seus atos e manifestações, nos limites desta Lei.”

Seguindo esta linha de raciocínio, vale também citar o inciso I do artigo 7º da Lei Federal nº 8.906/1994, que estabelece ser direito do advogado, dentre outros, “exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional”.

Registre-se que o presente parecer, apesar da sua importância para o processo legislativo, não tem efeito vinculante, tampouco caráter decisório. As autoridades a quem couber a sua análise têm plenos poderes para acolhê-lo, no todo ou em parte, ou rejeitá-lo.

A propósito, ensina José dos Santos Carvalho Filho:

“Os pareceres consubstanciam opiniões, pontos de vista de alguns agentes administrativos sobre matéria submetida à sua apreciação (...) refletindo um juízo de valor, uma opinião pessoal do parecerista, o parecer não vincula a autoridade que tem competência decisória, ou seja, aquela a quem cabe praticar o ato que o aprova ou rejeita. Como tais atos têm conteúdos antagônicos, o agente que opina nunca poderá ser o que decide.” (Manual de Direito Administrativo, 21ª edição, Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2009; pág. 133).

Outrossim, cumpre ressaltar que este parecer não substitui os pareceres das Comissões Permanentes desta Casa Legislativa, às quais a depender da natureza jurídica do projeto, deve-se ser submetido para apreciação, sempre ponderando, de novo, a matéria de sua competência.

## **2.2 – DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CARNEIRINHO/MG PARA LEGISLAR SOBRE A MATÉRIA**

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê no art. 30, inciso I:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I – Legislar sobre assuntos de interesse local; (...)”

*Letícia*



Igualmente, a Constituição do Estado de Minas Gerais prescreve no art. 171, inciso I:

“Art. 171. Ao município compete legislar:

I – Sobre assuntos de interesse local (...).”

Portanto, no plano constitucional não há óbice a que o Município de Carneirinho/MG discipline a matéria tratada no Projeto de Lei nº 064/25, haja vista ser matéria de interesse local.

## **2.3 – DA INICIATIVA DO PODER EXECUTIVO. AVALIAÇÃO SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE**

O Projeto de Lei nº 064/25 é de propositura de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, de acordo com o art. 65, inciso II da Lei Orgânica do Município de Carneirinho/MG, conforme se nota da análise do artigo:

“Art. 65. São de iniciativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

I – (...)

II – Organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;

(...)”

Como se vislumbra no Projeto de Lei nº 064/25, o mesmo foi subscrito e assinado pelo Prefeito Municipal, acompanhado ainda de mensagem, com a cordial justificativa para o presente caso.

Consequentemente, não se observa vício de iniciativa no Projeto de Lei nº 064/25.

*Atílio*



## 2.4 – DO MÉRITO DO PROJETO DE LEI nº 064/25. DA CONSTITUCIONALIDADE OBSERVADA

Conforme relatado, o Projeto de Lei nº 064/25, busca autorizar o Município de Carneirinho a celebrar parcerias e repassar contribuições financeiras às Organizações da Sociedade Civil (OSCs) relacionadas no artigo 1º da proposição, tudo nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC).

Os repasses destinam-se ao atendimento de demandas de interesse público, ao desenvolvimento de atividades assistenciais, rurais, culturais, hospitalares e comunitárias, incluindo repasses vinculados a emendas impositivas apresentadas pelos vereadores para o exercício de 2025. Assim, o projeto descreve detalhadamente as entidades beneficiadas, os valores propostos, a necessidade de celebração dos termos de colaboração, a observância da legislação vigente, bem como, os requisitos para liberação dos recursos e a dotação orçamentária correspondente.

Em vista disso, a matéria está integralmente disciplinada pela Lei Federal nº 13.019/2014 (MROSC), que estabelece regras para termos de colaboração e fomento, pela Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, que disciplina responsabilidade fiscal e limites de despesa, pela Lei Federal nº 4.320/1964, sobre normas gerais de direito financeiro, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA do Município, também, pela Regulamentação interna do Município sobre convênios e parcerias, portanto, não há violação ao princípio da legalidade.

Consequentemente, A Lei nº 13.019/2014, no art. 30, permite a dispensa de chamamento público nos casos elencados, assim, o projeto observa a possibilidade, mas corretamente exige a manutenção de todos os requisitos formais e documentais, em conformidade com o art. 34 da Lei 13.019/2014. Logo, não há irregularidade na forma de seleção das entidades.

Desse modo, os repasses estão alinhados com políticas públicas relevantes, já que os valores correspondem a emendas impositivas de vereadores, cujo cumprimento é obrigatório, assim como, as entidades desempenham papel essencial no desenvolvimento local. Assim, não há prejuízo ao interesse público.

Nessa esteira, o dito no Projeto de Lei nº 064/25, está em consonância jurídica com o estabelecido pela Constituição Federal e demais legislações pertinentes.

*Atina*





# CÂMARA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO

CNPJ 26.042.572/0001-27



Nesse contexto, conclui-se e opina pela legalidade e a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 064/25, considerando o casamento do ditame Constitucional Pátrio com o referido projeto.

### 3 – CONCLUSÃO

Ante o exposto, com todo respeito, esta Assessoria Jurídica emite parecer pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 064/25.

Este é o parecer, acerca da legalidade, constitucionalidade e formalidade jurídica do Projeto de Lei nº 064/25, desta Assessoria Jurídica.

Carneirinho/MG, 17 de novembro de 2025.

*Letícia Maria da Silva Vilela*

Letícia Maria da Silva Vilela – Assessora Jurídica da Câmara Municipal

OAB/SP 443.584

# CÂMARA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO

CNPJ 26.042.572/0001-27



FICHA DE CONTROLE DE TRAMITAÇÃO	
PL N.º: 064/2025	Autoriza o Poder Executivo a firmar parceria e repassar contribuição para organizações da sociedade civil e dá outras providências.

AUTORIA	VOTAÇÃO
Poder Executivo	Maioria simples
DATA DE RECEBIMENTO	Analizado pela Assessoria Jurídica em:
17/11/2025	17/11/2025

Ordem Do Dia Da(S) Reunião(ões)	
19ª. Reunião Ordinária	

## PRAZOS PARA AS COMISSÕES APRESENTAREM OS PARECERES Art.100 RI.

Entregue à Comissão LJRF em <u>17/11/25</u> Visto do Pres:	
<b>Maria Aparecida de Oliveira Queiroz</b>	
Entregue ao Relator em <u>17/11/25</u> Visto do Relator:	
<b>Wagner Alves da Silva</b>	
Vista nos termos do § 1º do Art. 101 RI ao Ver.	
Entregue à Comissão F.O. em <u>17/11/25</u> Visto do Pres:	
<b>Edna Cristina de Lima</b>	
Entregue ao Relator em <u>17/11/25</u> Visto do Relator:	
<b>Valdinei Nunes de Freitas</b>	
Vista nos termos do § 1º do Art. 101 RI ao Ver.	
Entregue à Comissão LJRF em <u>17/11/25</u> Visto do Pres:	
<b>Maria Aparecida de Oliveira Queiroz</b>	
Entregue ao Relator em <u>17/11/25</u> Visto do Relator:	
<b>Wagner Alves da Silva</b>	
Vista nos termos do § 1º do Art. 101 RI ao Ver.	

Vista nos termos do Art. 216 R.I.		Resultado da votação.	
Data	Vereador	Unanimidade	
		A favor	
		Contra	
		Rejeitado	
		Arquivado	
		Com emenda:	
		Sem emenda:	

# CÂMARA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO

CNPJ 26.042.572/0001-27

PARECER PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO


PROJETO DE LEI N.º: 064/2025

**DENOMINAÇÃO:** Autoriza o Poder Executivo a firmar parceria e repassar contribuição para organizações da sociedade civil e dá outras providências.

**AUTOR(ES):** Poder Executivo

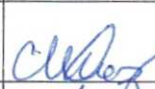

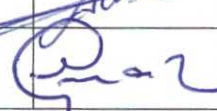
**COMISSÃO:** Legislação, justiça e redação final.

**CONCLUSÃO:** O relator da Comissão após apreciação e estudo do Projeto de Lei supracitado, enviado pelo presidente da Comissão, a esta pasta, CONCLUIU: que se trata de projeto legal e constitucional.

  
Relator

## PARECER DA COMISSÃO

Os membros da Comissão, após a apreciação do parecer do Relator emitem seu voto:


		Favorável	Contrário	Em Separado Com parecer em anexo
Presidente	Maria Aparecida de Oliveira Queiroz			
Vice-Pres.	Anderson Domingos de Menezes			
Relator	Wagner Alves da Silva			

Câmara Municipal de Carneirinho, 17 de novembro de 2025.

APROVADO em duas discussão.

Por unanimidade

Carneirinho-MG, 17/11 /2025.





# CÂMARA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO

CNPJ 26.042.572/0001-27

## PARECER PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI N.º: 064/2025

**DENOMINAÇÃO:** Autoriza o Poder Executivo a firmar parceria e repassar contribuição para organizações da sociedade civil e dá outras providências.

**AUTOR(ES):** Poder Executivo

**COMISSÃO:** Finanças e Orçamento.

**CONCLUSÃO:** O relator da Comissão após apreciação e estudo do Projeto de Lei supracitado, enviado pelo presidente da Comissão, a esta pasta, DECIDIU: pela aprovação do projeto como se encontra redigido.


  
\_\_\_\_\_  
Relator

### PARECER DA COMISSÃO

Os membros da Comissão, após a apreciação do parecer do Relator emitem seu voto:

		Favorável	Contrário	Em Separado Com parecer em anexo
Presidente	Edna Cristina de Lima			
Vice-Pres.	Liz Queli P. Diniz Alves			
Relator	Valdinei Nunes de Freitas			

Câmara Municipal de Carneirinho, 17 de novembro de 2025

APROVADO em <u>duas</u> discussão. Por <u>unanimidade</u>  Carneirinho-MG, <u>17</u> <u>11</u> 2025. 
---

# CÂMARA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO

CNPJ 26.042.572/0001-27

## PARECER PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

**PROJETO DE LEI N.º: 064/2025**

**DENOMINAÇÃO:** Autoriza o Poder Executivo a firmar parceria e repassar contribuição para organizações da sociedade civil e dá outras providências.

**AUTOR(ES):** Poder Executivo



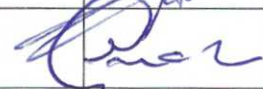
**COMISSÃO:** Legislação, justiça e redação final.

**CONCLUSÃO:** O relator da Comissão após apreciação e estudo do Projeto de Lei supracitado, enviado pelo presidente da Comissão, para a **Redação Final:** Deu forma a matéria aprovada segundo a técnica legislativa.

  
Relator

### PARECER DA COMISSÃO

Os membros da Comissão, após a apreciação do parecer do Relator emitem seu voto:

		Favorável	Contrário	Em Separado Com parecer em anexo
Presidente	Maria Aparecida de Oliveira Queiroz			
Vice-Pres.	Anderson Domingos de Menezes			
Relator	Wagner Alves da Silva			

Câmara Municipal de Carneirinho, 17 de novembro de 2025

APROVADO em duas discussão.

Por unanimidade

Carneirinho-MG, 17/11 /2025.



# CÂMARA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO

CNPJ 26.042.572/0001-27



## PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 67/2025

**Autoriza o Poder Executivo a firmar parceria e repassar contribuição para organizações da sociedade civil e dá outras providências.**

**Willian Martins Maia**, Prefeito Municipal de Carneirinho, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em especial nos termos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal, por seus representantes aprovou e ele, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a firmar parcerias, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, com as organizações da sociedade civil abaixo relacionadas, para execução de atividades de interesse público e recíproco, conforme respectivos Planos de Trabalho, podendo repassar os valores especificados:

I – APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – CNPJ nº15.039.081/0001-00, situada na Av. Jaci Lima de Paula, nº 441 – centro, no valor de R\$ 43.308,72 (quarenta e três mil, trezentos e oito reais e setenta e dois centavos);

II – Associação dos Moradores da Comunidade de Base São João Batista – Ruivinha – CNPJ nº 26.034.454/0001-77, situada na Ruivinha - Zona Rural, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

III – Associação dos Produtores Rurais da Comunidade do Bioso – CNPJ nº 04.412.901/0001-41, situada na Fazenda Bom Sucesso – Zona Rural, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais);

IV – Associação das Artesãs de Carneirinho – CNPJ nº07.894.858/0001-96, situada na rua Antonio das Graças Oliveira, nº 1112 – Jardim Primavera, no valor de R\$ 18.308,86 (dezoito mil, trezentos e oito reais e oitenta e seis centavos);

V – Associação Nossa Senhora Aparecida dos Produtores Rurais do Córrego da Formiga – CNPJ nº 02.201.569/0001-40, situada na Fazenda Bom Sucesso – Zona Rural, no valor de R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais);

VI – Sindicato dos Produtores Rurais de Carneirinho – CNPJ nº26.042.580/0001-73, situado na Av. Josefa Rodrigues da Silva, nº613 - centro, no valor de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais);

VII – Hospital de Base de São José do Rio Preto – CNPJ nº60.003.761/0001-29, situado na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº5544 – Bairro São Pedro – São Jose do Rio Preto/SP, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

VIII – Hospital PIO XII – Barretos (Hospital do Amor) – CNPJ nº49.150.352/0001-12, situado na Rua 20, nº221 – centro – Barretos/SP, no valor de R\$ 323.926,30 (duzentos e vinte e três mil, novecentos e vinte e seis reais e trinta centavos);





# CÂMARA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO

CNPJ 26.042.572/0001-27



IX – Associação dos Produtores Rurais da Região da Olaria – CNPJ nº04.133.809/0001-42, situada na Fazenda Bom Sucesso – Zona Rural, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

X – Associação dos Produtores Rurais da Região da Água Limpa – CNPJ nº04.710.314/0001-39, situada na Av. São Sebastião, nº460 – São Sebastião do Pontal/MG, no valor de R\$ 10.154,43 (dez mil, cento e cinquenta e quatro reais e quarenta e três centavos);

XI – Associação dos Produtores Rurais da Região do Frango e Bebedouro – CNPJ nº04.653.474/0001-93, situada no Sítio São Jose – Zona Rural, no valor de R\$ 10.154,43 (dez mil, cento e cinquenta e quatro reais e quarenta e três centavos);

XII – Clube de Rodeio Cowboys do Pontal – CNPJ nº02.683.018/0001-60, situado na Rua São João, nº310 – São Sebastião do Pontal/MG, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

XIII – Associação dos Produtores Rurais do Valinho – CNPJ nº03.126.852/0001-18, situada no Sítio Nossa Senhora Aparecida – Zona Rural, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

XIV – Associação dos Produtores Rurais do Barreiro – CNPJ nº01.126.009/0001-06, situada na Rod. BR497 – Km 297 – Zona Rural, no valor de R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais);

XV – Associação dos Produtores Rurais da Volta Grande – CNPJ nº04.335.475/0001/90, situada na Fazenda Volta Grande – Zona Rural, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

XVI – Associação dos Produtores Rurais da Micro-Ruivinha – CNPJ nº05.374.813/0001-65, situada na Fazenda Bom Sucesso – Zona Rural, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

XVII – Associação dos Produtores Rurais da Cascalheira – CNPJ nº03.883.995/0001-74, situada na Fazenda Pouso Alegre – Zona Rural, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

XVII – Associação dos Produtores Rurais da Água Amarela – CNPJ nº 05.279.819/0001-53, situada na Estancia Pequi, s/n, Zona Rural, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

XVIII – Associação dos Produtores Rurais Bom Sucesso – CNPJ nº 10.438.938/0001-41, situada no Sítio São João, SN, Zona Rural, no valor de R\$ 48.308,86 (quarenta e oito mil, trezentos e oito reais e oitenta e seis centavos).

**Parágrafo único.** A parceria conterá o detalhamento das obrigações, limites e demais características de cooperação em Plano de Trabalho.

**Art. 2º** O Município fica autorizado a repassar contribuição no montante de R\$ 946.161,60 (novecentos e quarenta e seis mil, cento e sessenta e um reais e sessenta centavos) anuais, conforme cronograma de desembolso a ser firmado em instrumento próprio.

**§1º** O Termo de Parceria terá vigência até 31 de dezembro de 2025, podendo ser renovado ou prorrogado.



# CÂMARA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO

CNPJ 26.042.572/0001-27



§2º O valor poderá ser reajustado por meio de aditivos ou novos planos de trabalho, mediante justificativa.

**Art. 3º** A liberação dos recursos dependerá de requerimento da entidade beneficiária, acompanhado de:

- a) comprovação de existência legal;
- b) prestação de contas de recursos anteriormente recebidos;
- c) prova de regularidade do mandato da diretoria.

**Parágrafo único.** A transferência somente ocorrerá após celebração de termo de colaboração e regular tramitação do processo administrativo, conforme a Lei Federal nº 13.019/2014.

**Art. 4º** É crucial verificar a conformidade da entidade com as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014, especialmente quanto aos requisitos formais e materiais nela previstos.

**Parágrafo único.** A dispensa de chamamento público, prevista no art. 29 da Lei nº 13.019/2014, não exime a entidade de cumprir plenamente os requisitos legais. Toda a documentação exigida no art. 34 da referida Lei deverá ser apresentada ao Setor de Convênios do Município, para apreciação e análise quanto à sua regularidade. Caso a entidade não apresente a documentação necessária ou não atenda aos requisitos legais, deverá o Poder Público Municipal lavrar impedimento técnico, impossibilitando o cumprimento da respectiva emenda impositiva.

**Art. 5º** O recebimento de recursos ficará sujeito às regras da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

**Art. 6º** As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

**I – APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Associação das Artesãs de Carneirinho:**

Órgão.....: 02 – PODER EXECUTIVO  
Unidade.....: 02.09 – Fundo Municipal de Assistência Social  
Função.....: 08 -Assistência Social  
Subfunção.....: 244 – Assistência Comunitária  
Programa.....: 0016 – Promoção Humana e Assistência Social  
Atividade.....: 2066 – Subvenção Entidades Filantrópicas  
Elemento de Despesa...: 3.3.50.43.00 – Subvenções

**II - Hospital PIO XII – Barretos (Hospital do Amor) e Hospital de Base de São José do Rio Preto:**

Órgão.....: 02 – PODER EXECUTIVO



